

ARTIGO

Trajetórias e reflexões sobre educação não formal

Paths and reflections on non-formal education

Trayectorias y reflexiones sobre la educación no formal

Dagmar Dias Cerqueira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil

Wânia Regina Coutinho Gonzalez

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil

Resumo

O artigo aborda as trajetórias dos estudos sobre Educação Não Formal, em âmbito nacional e internacional, pontuando e dialogando sobre as concepções formadas a luz dos referenciais teóricos dos autores Maria da Glória Gohn, Jaime Trilla, José Carlos Libâneo, Margareth Park. O texto aponta que este campo de estudo ainda se encontra em construção e polariza os posicionamentos dos pesquisadores entre aqueles que enaltecem as suas potencialidades e os críticos que o vislumbram como aquele que contribui para a diminuição das ações estatais a partir da crescente oferta de ações educativas pelo Terceiro Setor.

Palavras-chave: Educação não formal. Terceiro setor. Ações educativas.

Abstract

El artículo analiza las trayectorias de los estudios sobre la educación no formal en el ámbito nacional e internacional, de puntuación y el diálogo sobre los

conceptos formados a la luz de las referencias teóricas de los autores Maria da Glória Gohn, Jaime Trilla, José Carlos Libâneo, Margaret Park. El texto señala que este campo de estudio está aún en construcción y polarizar las posiciones de los investigadores entre los que ensalzan sus potenciales y críticos que vislumbran como uno que contribuye a la reducción de las acciones de propiedad estatal de la creciente oferta de actividades educativas el Tercer Sector.

Keywords: Non-formal education. Third sector. Educational activities.

Resumen

El artículo es parte de una tesis de maestría y analiza las trayectorias de los estudios sobre la educación no formal en el ámbito nacional e internacional, de puntuación y el diálogo sobre los conceptos formado a la luz de las referencias teóricas de los autores Maria da Glória Gohn, Jaime Trilla, José Carlos Libâneo, Margaret Park. El texto señala que este campo de estudio está aún en construcción y es visto como otra manera de hacer que la educación permite al lector a apropiarse y reflexionar a partir de los discursos sobre la Educación No Formal promovidas hasta ahora.

Palabras clave: Educación no formal. Sin fines de lucro. Acción educativa.

Introdução

A menção à educação não formal nos remete tanto aos Organismos Internacionais como aos educadores comprometidos com uma concepção mais abrangente de formação humana. No primeiro caso temos o relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), organizado por Jacques Dellors, editado pela primeira vez no Brasil, em 1997, sinaliza desafios do futuro, afirmando que a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. Este documento aponta as tensões mundiais que devem ser ultrapassadas e propõe reflexão para articulações entre o local e o global, o universal e o singular, tradição e modernidade, competitividade e igualdade de oportunidades, soluções a

curto e longo prazo, extraordinário desenvolvimento dos conhecimentos e as capacidades de assimilação pelo homem, enfim, tensões entre o espiritual e o material.

O mesmo documento ainda manifesta a incumbência à educação para a missão de fazer com que todos, sem exceção, frutifiquem os seus talentos e potencialidades criativas, o que implica, por parte de cada um, a capacidade de se responsabilizar pela realização do seu projeto pessoal. Sendo assim, a Comissão, anteriormente mencionada, propõe uma educação capaz de despertar um espírito novo sustentado em quatro pilares considerados bases da educação: aprender a viver junto, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser.

É utilizada a expressão “utopia” ao mencionar estes ideais educativos. O fato real é de que todos estes ideais parecem inatingíveis para o modelo de educação ainda vigente. Se considerarmos somente o modelo de Educação Formal a proposição parece ainda mais distanciada. Nesta perspectiva, faz-se também necessária a ação do modelo de Educação Não Formal.

No que tange os educadores comprometidos com a inclusão social Aoyama (2007) ressalta que a educação não formal representa uma importante possibilidade de aprendizagem para aqueles que não conseguiram aprender na educação formal. Assim, o ambiente diferenciado da sala de aula pode ser enriquecedor e pode, de fato, contribuir para o processo de aprendizagem, uma vez que busca oferecer, além de espaço diferenciado, uma proposta pedagógica também diferenciada, que envolve atividades não participativas do currículo escolar, salientando, como observa Gohn (1999), a relevância da educação não formal está na possibilidade de criação de novos conhecimentos.

A educação é constantemente desafiada a se reformular no espaço formal e vale ressaltar que estes mesmos desafios se fazem presentes nos espaços não formais engajados nas áreas de educação, cultura e comunicação.

Para Gohn (2011) há formas educacionais fora da realidade escolar, fora da Educação Formal propriamente dita. Há produção de saberes e aprendizagens extracurriculares, distintos do conhecimento prescrito às escolas, e fazem parte da formação dos indivíduos. A mesma autora, (GOHN, 2010), lista algumas características que a Educação Não Formal pode atingir em forma de metas como: aprendizado quanto a diferenças, adaptação do grupo a diferentes culturas, construção da identidade coletiva do grupo, balizamento de regras éticas socialmente aceitáveis.

Gohn (2010) aponta que na Educação Não Formal há metodologias que precisam ser desenvolvidas, codificadas e que são marcas da singularização, desta modalidade educativa.

O artigo vem apresentar o percurso dos estudos realizados sobre Educação Não Formal travando um diálogo trazido a luz dos referenciais teóricos dos autores Gohn (2006, 2010, 2011, 2012), Trilla (2008), Libâneo (1988), Park (2005).

O texto abrange uma revisão bibliográfica, trazendo à tona os conceitos de Educação Não Formal, como um campo de estudo relativamente novo e em expansão, implicando em concepções que estão sendo construídas a partir de pesquisas recentes. Ainda neste texto, analisamos as caracterizações da Educação Não Formal efetuadas por renomados pesquisadores do campo da educação.

1 - EDUCAÇÃO NÃO FORMAL ENQUANTO CAMPO E CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Os estudos sobre a Educação Não Formal são recentes e tanto como campo de pesquisa como o próprio conceito ainda se encontram em construção. Os raros estudos, comparativamente à quantidade de pesquisas feitas sobre a educação formal, levaram, até poucas décadas atrás, ao reconhecimento legal das instituições não escolares que promoviam ações educativas.

Gohn (2011) relata que até os anos 80, a Educação Não Formal era considerada um campo de menor importância no Brasil, apesar de,

em alguns momentos, existir seu desenvolvimento em espaços exteriores às unidades escolares, terminava sendo considerada uma extensão da Educação Formal. A autora atribui aos anos 90 o período no qual a Educação Não Formal passou a ter maior destaque em decorrência de mudanças na economia, na sociedade, no mundo do trabalho e da atuação de agências e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da publicação de textos de alguns estudiosos do assunto, podendo ser citados a própria Gohn (1999) e Afonso (1992).

De acordo com o Plano Diretor (BRASIL, 1995), pode-se afirmar que ocorreram mudanças nas funções do Estado Brasileiro desde a década de 1990: “O Estado reduziu seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais, como a educação e a saúde” (BRASIL, 1995).

Sendo assim, dá-se origem a administrações descentralizadas, proporcionando autonomia financeira e administrativa. Surgem organizações segundo Silva (2003, p.99-100): “entidades autônomas, estabelecem uma relação institucional com o Estado mediante os contratos de gestão e a participação direta no orçamento público, submetendo-se apenas aos mecanismos de fiscalização das metas alcançadas”.

Neste contexto, denota-se uma responsabilização da sociedade civil brasileira no âmbito da garantia de direitos sociais. Em complementação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 reconhece a existência de contextos educativos fora do âmbito escolar e segundo Gohn (2010) o termo Educação Não Formal foi incorporado ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2003.

Na atualidade, há os cursos de graduação ligados à Educação e os de Pedagogia que oferecem a disciplina Educação Não Formal como componente curricular. A necessidade da inserção desta disciplina foi assinalada, em 2006, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, para o Curso de Graduação em Pedagogia e Licenciatura.

Esse novo cenário reafirma o conceito de educação expresso pela denominação “educação ao longo de toda a vida” ou “educação permanente”, como também expõe novos atores, tanto na formulação quanto na implantação dessas políticas, as quais buscam uma forma de articulação entre Estado e sociedade civil e, sob diferentes aspectos, tem envolvido ONGs e o setor privado. Trilla (1985, p.43) defende o conceito de educação permanente por ser mais totalizador e abrangente não cerceando limites para a aprendizagem.

O conceito de educação permanente é, sem dúvida, o mais amplo, genérico e totalizador. De fato, não é uma classe ou um tipo, ou um setor da educação, mas, uma construção teórica sobre o que deveria ser a própria educação. É a ideia que faz dela algo contínuo e inacabável, algo que abarca a biografia inteira da pessoa.

Por ser um campo de estudo relativamente novo, há entre os autores que exploram os estudos sobre Educação Não Formal, concepções diferenciadas, que ainda não se firmaram ao longo dessas décadas de pesquisa, gerando uma definição fluida sobre o tema.

É certo que ocorre atualmente um momento de “crise da modernidade” (GIDDENS, 2006; SANTOS, 2005; STEGER, 2006), deflagrado a partir dos anos 90, ou seja, uma crise de paradigmas nos campos investigativos, inclusive nos campos relacionados à educação, surgindo novos conceitos e diferentes proposições para um mesmo estudo, e isto não exclui a temática aqui tratada.

Há autores que percorrem o discurso demarcando as fronteiras entre a Educação Formal, a Educação Não Formal e a Educação Informal, conservando os conceitos considerando a delimitação e preservação destes espaços.

Libâneo (1988) afirma que nas modalidades de Educação Formal e Não Formal há intencionalidade, porém a Educação Não Formal apresenta baixo grau de estruturação e sistematização, sendo que as

relações pedagógicas não são formalizadas. Apesar de o autor demarcar claramente estas modalidades e suas características ele admite que há uma inter-relação: “A formulação das três modalidades de prática educativa - informal, não formal, formal - abordadas aqui na sua inter-relação, ganha hoje novas configurações com o impacto mais decisivo de processos informais e não-formais nos processos formais.”

Gadotti (2005) reconhece as três modalidades educativas descritas por Libâneo, mas declara que há ambiguidade na definição proposta em 1982, por La Belle, pelo fato desta definição tomar a Educação Formal, como único paradigma e caracterizar a Educação Não Formal, pela ausência em relação à outra. Neste sentido Gadotti rejeita a concepção de Educação Não Formal em oposição à Formal e ressalta que não há como se estabelecer fronteiras rígidas entre estes modelos pelo fato de que, hoje, os currículos interculturais reconhecem a informalidade como uma característica fundamental da educação do futuro.

Gohn (2011) alerta que os dois únicos elementos diferenciadores, entre as modalidades de Educação Formal e Não Formal assinalados pelos pesquisadores são relativos à organização e à estrutura do processo de aprendizado. A autora destaca que as categorias de espaço e tempo apresentam um diferencial na Educação Não Formal, propiciando flexibilidade quanto à operacionalização de conteúdos, objetivos e criação e recriação de espaços, segundo os modos de ação previstos.

Libâneo, Gadotti e Gohn conjugam concepções semelhantes sobre Educação Não Formal no sentido de demarcação das três modalidades, com suas respectivas caracterizações, porém Libâneo (1998, p.88) admite que exista educação formal também fora da escola:

Educação formal seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Nesse sentido, a educação escolar convencional é tipicamente formal. Mas isso não significa dizer que não ocorra educação formal em outros tipos de educação intencional (vamos chamá-las de não convencionais). Entende-se assim que onde haja ensino (escolar ou não) há educação formal.

Trilla (2008) se apoia nas concepções de Coombs e Ahmed, sobre a tripartição no universo educacional que foi exposto no trabalho de 1974, *Attacking Rural Poverty: How Non-Formal Education Can Help* (Ataque à Pobreza Rural: Como a Educação Não-Formal pode ajudar), no qual definiam esses conceitos nos seguintes termos:

a *educação formal* compreenderia "o 'sistema educacional' altamente institucionalizado, cronologicamente graduado e hierarquicamente estruturado que vai dos primeiros anos da escola primária até os últimos da universidade"; a *educação não-formal*, "toda atividade organizada, sistemática, educativa, realizada fora do marco do sistema oficial, para facilitar determinados tipos de aprendizagem a subgrupos específicos da população tanto adultos como infantis"; e a *educação informal*, "um processo que dura a vida inteira, em que as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitudes e modos de discernimento por meio das experiências diárias e de sua relação com o meio". (Coombs, 1975, apud Trilla, 2008).

Afonso (apud PARK, 2005, p.17) aponta uma divergência da Educação Não Formal em relação à formal no que diz respeito a não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto. Ele também usa o termo *não escolar* como sinônimo de *não formal* e adverte para o risco que há da desvalorização da educação escolar ao se valorizar a Educação Não Formal:

[...] a recente valorização do campo da educação não-formal pode significar ou implicar a desvalorização da educação escolar. Por essa razão, a justificação da educação não-escolar não pode ser construída contra a escola, nem servir a quaisquer estratégias de destruição dos sistemas políticos de ensino, como parecem pretender alguns dos arautos da ideologia neoliberal.

Esta preocupação com a degradação da qualidade da educação oferecida pelo Estado, através de uma possível desvalorização escolar, em detrimento da valorização da Educação Não Formal, também é sinalizada pelas autoras Park e Fernandes (2005, p.10):

De forma alguma a educação não-formal tenta complementar, substituir ou concorrer, por princípio, com a educação formal, devendo esta ser mantida pelo poder público e revestida de qualidade, gratuidade e laicidade. A educação não-formal pode captar e receber recursos de fontes plurais. Nossa principal preocupação é com a falência do estado de bem-estar social, que pode determinar uma desobrigação gradativa e total das funções governamentais relacionadas às políticas públicas... dando a ideia equivocada de que educação não-formal pode ser uma alternativa de educação para determinados grupos sociais. Dessa visão discordamos direta e frontalmente.

Apesar de não se dedicar especificamente aos estudos sobre Educação Não Formal, Frigotto (2011, p.247), pontua a preocupação em relação à educação voltada para atender às demandas do mercado, sendo vinculada ao produtivismo e à pedagogia de resultados, inclusive na modalidade não formal, o que dificultaria a reversão da problemática da dualidade na educação pública/privada e a parceria não favoreceria esta reversão.

Montaño (2010) discute com a mesma criticidade que Frigotto, Park e Fernandes a *parceria* entre o Estado e as “organizações sociais” (instituída mediante a Lei n ° 9.790, de 23 de março de 1999), alertando que mais do que um estímulo estatal para a ação cidadã, representa desresponsabilização do Estado da resposta à “questão social” e sua transferência para o setor privado, e salienta que o que está por trás de tudo isto é a diminuição dos custos desta atividade social.

Pelas concepções apresentadas é possível perceber que quase todos os pesquisadores expõem o reconhecimento de que a Educação Formal não consegue suprir todas as necessidades da sociedade para o desenvolvimento dos saberes, e que mesmo que ela absorva traços não formais, ainda assim, não conseguirá atender à demanda necessária.

O que se pode identificar inicialmente é que existem autores que relatam as contribuições da Educação Não Formal no sentido de atuar positivamente, na colaboração para uma educação mais ampla, genérica e totalizadora, como menciona Trilla.

Outros autores, apesar de apontarem o reconhecimento para estas contribuições, expõem as críticas em relação às políticas públicas. Os autores críticos alertam que, neste processo de ampliação das práticas da Educação Não Formal, pode haver uma motivação maior para a exclusão da responsabilidade pública para uma educação de qualidade para todos, transferindo esta responsabilidade para a educação não formal/privada.

Uma ideia, uma concepção imaginada já garante a sua existência, mas para que ocorra a sua interlocução, divulgação, torna-se necessário que a mesma seja nomeada. O processo de construção de um conceito passa pelo processo individual e, posteriormente, se lança à discussão acadêmica para seu avanço, busca de sentido e aprimoramento.

A respeito do conceito de Educação Não Formal Trilla (2008) aponta como marco da origem da popularização dos termos Educação Informal e Educação Não Formal a publicação da obra de P. H. Coombs, intitulada *The Worlds International Crisis* (1968), apesar de as realidades educacionais já sinalizarem, anteriormente, a existência da expressão “Educação Não Formal”.

O mesmo autor afirma que a educação, por ser fenômeno complexo, multiforme, disperso, heterogêneo, permanente e quase onipresente, apresentar em seus processos “educacionais” elementos tão variados que vem imprimindo adjetivações através das separações, ordenações, taxonomizações e classificações como: *educação familiar, educação moral, educação infantil, educação autoritária, educação física...*

Desta forma, os termos: Formal, Não Formal e Informal; são adjetivações ao substantivo Educação que vão especificar certos modelos com relação às suas atuações.

Valéria Arantes (2008, p.7) se utiliza de uma epígrafe na qual expõe a concepção de Dewey já, no século XIX, para defender um *continuum* entre as ações e experiências vividas nessas duas esferas da educação - formal e não formal.

a educação que denominamos não-formal ou assistemática, a matéria do estudo encontra-se diretamente na sua matriz, que é o próprio intercâmbio social. É aquilo que fazem e dizem as pessoas em cuja atividade o indivíduo se acha associado. Este fato dá uma chave para a compreensão da matéria da instrução formal ou sistemática. (JOHN DEWEY, 1859-1952)

É possível perceber que Dewey se antecipou a Coombs e Ahmed na conceituação de Educação Não Formal, porém, os últimos obtiveram maior sucesso na publicização da introdução deste conceito.

Garcia (2005, p.27, apud Park) ao buscar a concepção ideal para o termo Educação Não Formal alerta para a importância de se compreender a historicidade do tema e que mesmo tendo sido criado a partir das bifurcações de outros conceitos diz respeito apenas à Educação Não Formal, pois cada conceito remete a outros conceitos. Segundo ela:

o conceito de educação não-formal não está no conceito de educação formal, apesar de possuir alguns entrelaçamentos com este, mas é um outro conceito, que não diz o acontecimento da educação formal. Diz de um outro acontecimento, que não é melhor nem pior, mas transita em outro plano.

A autora ainda aponta o fato de a Educação Não Formal não estar ligada diretamente, em uma relação de dependência, à Educação Formal, pois, para ela, é um acontecimento que tem origem em diferentes preocupações e busca considerar contribuições vindas de experiências que não são priorizadas na Educação Formal.

Em contrapartida, a mesma Garcia ressalta que, no processo de construção de conceitos, é importante travar o diálogo com o outro, com o que é diferente, e que muitas vezes pode ser encarado inicialmente como oposto e inclui a discussão do conceito de Educação Não Formal neste processo.

Ao relatar os caminhos da conceituação, Gohn (2011, p. 99) menciona que a definição de Coombs e Ahmed, como “uma atividade

educacional organizada e sistemática, levada a efeito fora do marco de referência do sistema formal, visando propiciar tipos selecionados de aprendizagem e subgrupos particulares da população, sejam estes adultos ou crianças”, mostrou ser como um conceito de abordagem conservadora, pertinente a uma época na qual se objetivava, em última instância, o controle social.

A autora expõe que o grande destaque para Educação Não Formal ocorreu na década de 90, quando houve mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho, exigindo das pessoas o desenvolvimento de competências e novas habilidades.

Em 2010, Gohn (p. 33) apresenta o seu conceito de Educação Não Formal:

é um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro com a sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais.

Como se vê, Gohn ^(continua) concebe Educação Não Formal através de um processo que envolve várias áreas, visando à formação do indivíduo cidadão, para que este possa dialogar com a sociedade. Este processo educativo seria desenvolvido fora da escola, através de práticas intencionais para a produção da aprendizagem. Assim, este conceito se mostra mais amplo e menos controlador do que o conceito inicial mencionado por Coombs e Ahmed, pois menciona o diálogo da sociedade e não uma seleção prévia de aprendizados direcionados a suprir necessidades advindas da vida social. A autora esclarece que, por esta concepção, a Educação Não Formal se mostra mais criativa e voltada para a formação de indivíduos transformadores de seu contexto de vida.

2- EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: CONCEITO(S) E CARACTERÍSTICAS ^(conclusão)

Diante de um conceito que ainda se encontra em construção entre seus pesquisadores e por denotar características diversas, em relação ao lugar e ao momento do qual este pesquisador se refere, acreditamos que a concepção de Educação Não Formal pode ser considerada um processo de ação educativa intencional, dialógica, emancipadora, criativa, porém realizada em espaços e tempos não convencionais, sem grandes estruturas sistemáticas, através de instituições não escolares.

Mais do que a concepção em si, suas caracterizações apontam especificidades deste modelo educativo, que tornam seu estudo de extrema relevância para o entendimento do seu processo a possíveis análises e pontuações sobre Educação, em seu contexto mais amplo.

Trilla (2008) alerta para o grande crescimento do número de instituições atuando com Educação Não Formal, nas últimas décadas, e, também pelo cuidado de não se atribuir responsabilidades para a Educação Não Formal que seriam particularidades da Educação Formal, bem como promover a condenação por fracassos educativos à Educação Formal: "[...] a educação não-formal não é nenhuma panaceia! É tão maniqueísta projetar toda a culpa educacional na escola quanto supor que a educação não-formal é uma poção mágica e imaculada".

Alguns autores procuram caracterizar a Educação Não Formal, entre eles, Brembeck (1999), que estabelece uma comparação entre Educação Formal e Não Formal, pontuando alguns elementos que dariam suporte para a mudança social pelo desenvolvimento econômico, como é mostrado na tabela em seguida:

Práxis Educacional	Vitória da Conquista	v. 12, n. 23	p. 377-404	set./dez. 2016
--------------------	----------------------	--------------	------------	----------------

Quadro1- Características comparativas da Educação Formal e Não Formal

Características	Ed. Formal	Ed. Não Formal
Estrutura	Altamente estruturados em um sistema coordenado e sequencial.	Têm muito menos centralização e estrutura comum e podem ser descritos tanto como um subsetor quanto como um sistema.
Conteúdo	Acadêmica, teórica e verbal.	Centrada em tarefas ou habilidades, com objetivos que se relacionam à aplicação prática em situações diárias.
Tempo	Orientada para o tempo Futuro.	É de curto prazo e orientada para o tempo presente.
Gratificação	Os retornos tendem a ser postergados e são de longo alcance.	Os retornos tendem a ser tangíveis e imediatos ou em curto prazo.
Local	Tem alta visibilidade e encontra-se fixada em diferentes locais.	Tem baixa visibilidade e pode ocorrer em quase todos os lugares, inclusive no espaço do trabalho.
Método	Normalmente transmite conhecimentos padronizados e centrados no papel do professor e na sala de aula.	Tende a ter mais conteúdos específicos, com esforços que se dirigem à aplicação prática.
Participantes	Estudantes - normalmente são definidos por idade e são razoavelmente previsíveis.	Estudantes - podem ser de todos os grupos etários.
	Professores - são formalmente certificados.	Educadores - têm uma grande variedade de qualificação e não são necessariamente certificados formalmente.
	A rejeição no aprendizado pode desencadear um estigma social.	A rejeição no aprendizado não desencadeia um estigma social.
Função	As experiências geralmente são designadas para ir ao encontro das supostas necessidades que as pessoas têm.	Frequentemente acontece como resposta às necessidades que as pessoas dizem ter.

Fonte: A autora, 2014, segundo BREMBECK, C. S. *Op. cit.* pp.11-12.

Por esta caracterização comparativa, pode-se observar que o autor não coloca um modelo de educação em superioridade ao outro; não há um nivelamento, na verdade, ele aponta as caracterizações e promove um diálogo entre estas modalidades, para que o leitor possa captar as diferenças existentes, e que são válidas, para a articulação de cada um, ou entre eles, conforme se faça necessário.

Afonso (1989, apud, SINSOM, PARK, FERNANDES, 2007) ao caracterizar a Educação Não Formal propõe nove itens como expostos abaixo:

- 1- tem caráter voluntário;
- 2- promove sobretudo a socialização;
- 3- promove a solidariedade;
- 4- visa ao desenvolvimento;
- 5- preocupa-se essencialmente com a mudança social;
- 6- é pouco formalizada e pouco hierárquica;
- 7- favorece a participação;
- 8- proporciona a investigação e projetos de desenvolvimento;
- 9- consiste, por natureza, de formas de participação descentralizadas.

Este autor caracterizou a Educação Não Formal, focalizando os objetivos, as ações e as metas implementados nesta modalidade.

Gohn (2010) traz mais elementos a esta discussão quando lista outras características situando uma abordagem específica em relação às metas como:

- (a) aprendizado quanto a diferenças;
- (b) trabalha o “estranhamento”, através da adaptação do grupo a diferentes culturas, do indivíduo em relação ao outro;
- (c) construção da identidade coletiva de um grupo;
- (d) balizamento de regras éticas relativas às condutas aceitáveis socialmente.

Pelas caracterizações de Afonso e Gohn é possível perceber que em suas análises há uma preocupação em tornar identificável o caráter social, ou seja, o vínculo com o grupo ao qual está inserido e as relações com os demais grupos, como elementos de singularidade da Educação Não Formal. Análise em que não houve preocupação em criar parâmetros comparativos como fez Brembeck.

Gohn, ainda em 2010 (p. 44), além de pontuar as características existentes, menciona as lacunas, ou seja, as ausências que foram identificadas no processo de Educação Não Formal que estão explicitadas a seguir:

- (a) Formação específica a educadores a partir da definição de papel e atividades a realizar, no que se refere às formas de conhecer uma dada realidade social, público-alvo dos programas educativos, características dos processos culturais e socioeducativos locais etc.
- (b) Definição de funções e objetivos de Educação Não Formal.
- (c) Sistematização das metodologias utilizadas no trabalho cotidiano.
- (d) Construção de instrumentos metodológicos de avaliação e análise do trabalho realizado.
- (e) Construção de metodologias que possibilitem o acompanhamento do trabalho realizado.
- (f) Construção de metodologias que possibilitem o acompanhamento do trabalho de egressos que participam de programas de Educação Não Formal.
- (g) Criação de metodologias e indicadores para estudo e análise de trabalhos de Educação Não Formal em campos não sistematizados.
- (h) Sistematização das formas de aprendizado gerada pela vontade do receptor.
- (i) Mapeamento das formas de Educação Não Formal na autoaprendizagem dos cidadãos (por exemplo, jovens no campo da autoaprendizagem musical, no uso da internet, construção de blogs etc.)

Gohn sinaliza uma série de ausências que estariam vinculadas à metodologia, aos objetivos, ao acompanhamento e à avaliação; ou seja, ela aponta a necessidade de uma maior sistematização. Um questionamento se faz aqui necessário: Se todas estas lacunas fossem supridas não estaríamos transformando a Educação Não Formal em Formal e, por consequência, já estaríamos contrapondo muitos dos itens mencionados por Brembeck, como diferenciais entre uma modalidade e outra? Será que sistematizando melhor a Educação Não Formal não estaríamos eliminando os marcos diferenciais?

Coombs (apud Homs, 2001, p. 94) apresenta em seu discurso também esta preocupação em relação ao controle aplicado à Educação Não Formal:

[...] advierte Coombs de la dificultad y reto que supone la gran dispersión de centros y promotores de este tipo de programas educativos, que puede provocar cierta dosis de desconcierto y frustración entre los partidarios de un modelo de planificación, gestión y financiación de la educación centralizado y bajo el control de las autoridades educativas, sean de ámbito estatal, autonómico o local. Este modelo, afirma, no puede aplicarse a la educación no formal, puesto que si cualquier ministerio, departamento o consejería de educación intentara hacerse cargo de todas las actividades educativas no formales de su ámbito competencial, se enfrascaría en una batalla burocrática com otras administraciones y organismos que sentirían una intromisión en sus respectivos quehaceres. Además, dada la diversidad de campos de actuación que abarca la ENF, difícilmente podría cualquier administración educativa disponer de los medios y competencias especializadas que serían necesarias para atenderlos convenientemente. No obstante, sí tienen algo que aportar las autoridades educativas en la tarea de dar impulso y contribuir a desarrollar las actividades de educación no formal.

Por esta linha de interrogação pensamos que se for atender a todas as lacunas sugeridas por Gohn, em prol de uma melhoria de qualidade na Educação Não Formal, poderemos correr o risco de descaracterizá-la segundo os marcos diferenciais apontados por Brembeck. Consideramos que há de se ter um maior acompanhamento dos trabalhos de Educação Não Formal, mas no sentido de descoberta, e não no sentido de aprisionamento e controle.

2.1- Trajetórias internacionais

Como mencionado, desde 1968, Philip H. Coombs, já havia tratado de divulgar suas concepções acerca da Educação Não Formal. Em 1973, através de uma obra pouco difundida, o mesmo autor implanta o conceito

do Universo da Educação Tripartida, que foi em seguida ilustrado por Trilla (2008).

Homs (2001) menciona que entre os seguidores de mesma linha de Coombs podem ser citados, a R. G. Paulston, C. Brembeck, Th. La Belle, M. Granstaff, R. O. Niehoff, T. W. Ward, J. D. E. Thompson, etc. e entre os pesquisadores espanhóis, A. Sanvisens, R. Nassif, J. Sarramona, A. J. Colom, J. M. Touriñan, G. Vazquez, J. Trilla, G. Garrido.

Garcia (2009, p. 42) se apoia nos verbetes sobre Educação Não Formal, encontrados na *The International Encyclopedia of Education* (1985), para explorar historicamente o conceito e verifica que o termo apresenta grande importância, principalmente ao revelar o pensamento norte-americano sobre o conceito de Educação Não Formal, e a importância atribuída a ela por países “subdesenvolvidos”, sendo uma referência bastante utilizada nas décadas de 1960 e 1970. Ela comenta sobre os autores encontrados nos verbetes:

P. H. Coombs e M. Ahmed; D. J. Radcliffe & N. J. Colletta; L. Srinivasan; J. C. Bock & C. M. Bock; J. Lowe e K. Moro'oka que traz uma contribuição que não se restringe à concepção da educação não-formal nos Estados Unidos, explicitando a compreensão japonesa do conceito.

Palhares (2009) menciona que a atenção particular de Coombs e seus colaboradores sobre a Educação Não Formal foi um despertar para uma possibilidade econômica nos processos educativos:

[...] a Educação Não Formal, que mais tarde iria merecer uma atenção particular de Coombs e colaboradores, mesmo subalternizada em relação à Educação Formal poderia, contudo, vir a assumir um papel de relevância na *economia* dos processos educativos, já que se constituía como "uma contribuição rápida e substancial no progresso dos indivíduos e da nação" (Coombs, 1968: 203, apud Palhares, 2009).

O mesmo autor revela que o próprio Coombs (Coombs & Ahmed, 1975) reconhece não estar em presença de um fenômeno recente, mas que

a Educação Não Formal tinha constituído, até então, um objeto pouco estudado sistematicamente.

Palhares (2009) menciona obras anteriormente escritas, feitas por um levantamento de Paulston, 1972, que tratam da Educação Não Formal, só que se apresentam de forma dispersa em virtude da grande variedade de temáticas e problemáticas similares, se encontram ocasionalmente desde 1958 ("*the nonformal educational enterprise*", noção atribuída a Clark & Sloan, 1958; "*nonformal educational system*", de autoria de Miles, 1964; e "**nonformal education**", da pertença de King, 1967).

De forma bastante crítica, Palhares afirma que a atualidade não está pródiga em trabalhos de fôlego, que ele designa de, neste *subcampo educativo*, e pontua exceções como os escritos de Poizat, 2003, e de Rogers, 2004. Sinaliza que o crescimento de pesquisas e a naturalização acerca da Educação Não Formal se devem ao fato da erosão sofrida pela Educação Formal por uma crise, real ou virtual, e que fizeram vislumbrar nessa configuração educativa emergente a fórmula para a consecução dos objetivos e desenvolvimentos imediatos para a educação das massas.

Garcia (2009, p. 44) elabora um comparativo entre os autores Coombs, Brembeck, Afonso, Trilla e Pastor Homs, estudados por ela.

Cabe considerar que o enfoque de cada um desses autores é diferente, sendo que Coombs, pela primeira vez, valoriza esses outros modos de fazer educação tendo a preocupação de denominá-los. Brembeck traz estudos sobre como a educação não-formal poderia melhorar a educação nos países em vias de desenvolvimento; Afonso encara a educação não-formal prioritariamente em relação aos movimentos sociais; Trilla possui uma preocupação maior com a historicidade e a conceituação da educação não-formal, analisando-a amplamente e Pastor Homs se preocupou em realizar uma intensa pesquisa, analisando a trajetória do conceito da educação não-formal.

2.2 – Trajetórias nacionais

Gohn (2011) afirma que, até a década de 80, o interesse pela Educação Não Formal no Brasil era pequeno, tanto no sentido de

desenvolvimento de políticas públicas como para os próprios educadores.

As autoras Simson, Park, Fernandes (2007) apontam que ao promover ações filantrópicas, a Igreja Católica incentivou o surgimento das ações de Terceito Setor.

As mesmas autoras traçam um breve histórico sobre a evolução da Educação Não Formal, em um Brasil já contextualizado no mundo globalizado (a partir dos anos 1980), o qual pode ser sintetizado pelo quadro abaixo e ajuda no entendimento dos percursos e transformações ocorridas ao longo das últimas décadas.

Quadro 2- Breve histórico da Educação Não Formal

1930 e 1960	Tendência a um centralismo estatal. Educação Não Formal promovida por meio dos sindicatos corporativistas vinculados ao Estado.
1960 e o final dos anos 1980	Surgem as ações civis pela luta democrática e por melhorias sociais. Terceito Setor atuando com Educação Não Formal para a cidadania.
O redesenho mundial da década de 1980 (altas taxas de desemprego, índices de violência elevados e retração nos direitos dos trabalhadores)	Globalização impõe normas e desafios que sobrecarregam os chamados “países em desenvolvimento”. O Estado passa a não atender às necessidades dos cidadãos no que tange à saúde, à educação, à moradia e à assistência social. A recessão da década de 1980 traz consequências terríveis para a África, a Ásia e a América Latina, impulsionando o florescimento das ONGs. Na Europa- a crise do socialismo.
Na década de 1990	Democratização acompanhada de uma forte crise econômica que, aliada ao discurso neoliberal, estimula a sociedade civil a buscar saídas para as profundas desigualdades de nosso país. As ONGs da América Latina vivem a mais grave crise econômico-financeira até então, o que as leva a reengenharias internas e externas a fim de sobreviver. A necessidade de qualificação profissional se torna imprescindível, e essas entidades – que, por serem não governamentais, muitas vezes desprezam ou negam o Estado – passam a buscar parcerias para implementar suas políticas. Educação Não Formal atuando para qualificação profissional.

Fonte: Quadro elaborado pela autora segundo SIMSON, PARK, FERNANDES (2007).

Pelas correlações explicitadas no quadro fica compreensível entender porque Gohn (2011) afirma que o grande destaque dado à Educação Não Formal, a partir da década de 90, decorre das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho.

As mudanças globais acabam incorrendo em transformações locais, neste novo contexto, o que torna quase que inviável uma análise isolada dos percursos traçados pela Educação Não Formal, no Brasil, em relação ao mundo.

Com relação às normas e desafios mencionados no quadro, Gohn (2011) cita as exigências da ONU e da UNESCO, para a área da educação.

Proclama-se o poder do conhecimento (como na terceira onda), e não mais da economia. Ou seja, exige-se das pessoas novas habilidades, entre elas a de gestão. Não importa mais possuir um grande acervo de conhecimentos, mas sim o domínio de certas habilidades básicas, tais como comunicar-se (de preferência em mais de uma língua), domínio da linguagem das máquinas e, sobretudo, habilidade de gestão (de gerir sua própria vida e carreira, equipes e conflitos etc.). Ou seja, todos têm de planejar e administrar suas vidas e carreiras.

A autora oferece uma forte crítica aos cursos oferecidos pelas instituições, no formato de Educação Não Formal, para atender essas exigências, já que considera que o Governo Federal exerce um controle das verbas segundo seus interesses, o que vêm reforçar o modelo econômico vigente, priorizando interesses do capital especulativo internacional em detrimento do desenvolvimento nacional.

A pesquisadora afirma que o cenário atual é de uma sociedade cada vez mais competitiva, individualista, violenta, com grupos desterritorializados, e que exige da educação muitas demandas, as quais se situam mais na área de atuação das ONGs e do novo Terceiro Setor.

Com relação às demandas educacionais na sociedade civil brasileira Gohn (2012) enumera e analisa uma série de demandas para a década de 80, que foram geradas pela forma de acumulação capitalista do país. Ela separa sua análise em dois grupos, um o de demandas educacionais da sociedade e o outro de demandas por educação escolar, como representadas no quadro:

Quadro 3- Demandas educacionais da sociedade civil brasileira para a década de 80

Demandas educacionais na sociedade	Demandas por educação escolar
<ul style="list-style-type: none"> ● Educação ambiental ● Educação sobre o patrimônio cultural ● Educação para a cidadania ● Educação popular ● Educação de menores e adolescentes ● Educação de minorias étnicas: índios ● Educação contra discriminações: sexo, idade, cor, nacionalidade. ● Educação para deficientes ● Educação para o trânsito e de convivência em locais públicos ● Educação contra o uso de drogas ● Educação sexual ● Educação contra o uso da violência e pela segurança pública. ● Educação para geração de novas tecnologias. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Educação Infantil: creches e pré-escolas ● Ensino fundamental e ensino médio ● Demandas da Universidade ● Demandas por novas leis educacionais do ensino ● Ensino noturno

Fonte: Quadro elaborado pela autora, segundo GOHN, 2012.

A autora esclarece que o entendimento das demandas educacionais atrela-se ao conjunto de necessidades da sociedade que direcionam os processos de ensino e aprendizagem.

Passadas três décadas, cabe indagar se estas demandas ainda são pertinentes. Surgiram novas demandas ao longo deste período para a Educação na sociedade civil brasileira? Há que se repensar tais demandas, analisando como elas foram supridas ao longo do tempo, ainda que parcialmente. É importante também discutir a impossibilidade de redução das mesmas. Enfim, refletir sobre quais ações foram realizadas para atender às demandas, verificando se ainda são pertinentes e apontando as novas necessidades que podem surgir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo se propôs a traçar um panorama histórico dos estudos sobre Educação Não Formal, onde apesar da existência de marcos desta

modalidade em momentos remotos, salientamos que suas concepções são ainda recentes e estão em construção. Discussões estas que se iniciaram no fim do século XX e se ampliaram no início do século XXI.

O fato é que estes estudos desencadearam no reconhecimento de uma outra forma de fazer educação levando à necessidade da inserção de disciplina sobre a temática Educação Não Formal, no Brasil, em 2006, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, para o Curso de Graduação em Pedagogia e Licenciatura.

A relevância destes estudos está na identificação, no mapeamento, na pontuação destas outras formas de fazer educação, possibilitando revelar fazeres que, por muitos momentos, estiveram à margem dos debates acadêmicos e que, a partir das recentes linhas de pesquisa contribuem nos debates educacionais, inclusive quando estes dialogam com a Educação Formal.

Este artigo vem contribuir para os estudos da área justamente porque junto à explanação de seu percurso histórico há a contextualização social, ainda articulando às concepções internacionais, que ocorreram em cerca de duas décadas de antecedência dos primeiros pressupostos nacionais, possibilitando ao leitor se apropriar e refletir a partir dos discursos sobre Educação Não Formal promovidos até o momento.

Referências

AFONSO, Almerindo J. Sociologia da educação não-formal: Reactualizar um objecto ou construir uma nova problemática?, In: ESTEVES, Antonio Joaquim e STOER, Stephen R. **A sociologia na escola**, Porto: Afrontamento, 1989, p. 83-96.

AOYAMA, Ana Lucia Ferreira. Estado, terceiro setor e educação não formal: contextos e interfaces. In: BATISTA, Roberto Leme (Org). **Anais VI Seminário do Trabalho: trabalho, economia e educação**. Marília: ED. Grafica Massoni, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/6seminariotrabalho.htm>> Acesso em: 1 julho 2013.

ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20.12.1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em: 1 maio 2014.

BRASIL. Presidência da República. MARE. Câmara de reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Ed. ver., atual., ampl. Bauru, SP: EDIPRO, 2001. (Série Legislação).

CALDERÓN, Adolfo; MARIM, Vlademir. Participação popular: a escola como alvo do terceiro setor. In: SOUZA, Faria. (Org.). **Desafios da Educação Municipal**. Rio de Janeiro: DP&A. 2003, p. 211 -231.

CERQUEIRA, Dagmar Dias. **Terceiro setor, interculturalidade e ações educativas de uma organização transnacional**. 219f. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Caxias, 2015. Orientadora: Prof^a Dr^a Wânia Regina Coutinho Gonzalez.

CHARLOT, Bernard. Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. **Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n. 04, p. 129 – 136, out/dez 2007.

CHARLOT, Bernard. **Les sciences de l'éducation: une discipline universitaire dans un champ de pratiques sociales**. Paris: Cahiers Pédagogiques, 1995.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, Brasil, v. 11, n. 31, p. 7 – 18, jan./abr. 2006.

CHARLOT, Bernard. **A relação com o saber: conceitos e definições**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. p. 77-86.

COOMBS, PH. H. Como planificar la educación no formal, 1973 apud HOMS, María Imaculada Pastor. La necesidad de planificación y

Práxis Educacional	Vitória da Conquista	v. 12, n. 23	p. 377-404	set./dez. 2016
--------------------	----------------------	--------------	------------	----------------

evaluación educativas en la educación no formal. Algunas propuestas. **Revista Educació i Cultura**, Ilhas Baleares, Espanha, n.14, p.87-99, 2001.

COOMBS, PH. H. La Crise Mondiale de l'Éducation. Une Analyse de Systèmes. Paris: PUF, 1968 apud PALHARES, José Augusto. Reflexões sobre o não-escolar na escola e para além dela. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, p.53-84, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v22n2/v22n2a04.pdf>>. Acesso em: ago. 2013.

COOMBS, PH. H. Poverty: How Non-Formal Education Can Help. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1974 apud TRILLA, J. A educação não-formal. In: ARANTES, V. (Org). **Educação formal e não-formal**. São Paulo: Summus, 2008.

COOMBS, Philip H. & AHMED, Manzoor. La Lucha Contra la Pobreza Rural. El Aporte de la Educación no Formal. Madrid: Editorial Tecnos, 1975 apud PALHARES, José Augusto. Reflexões sobre o não-escolar na escola e para além dela. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, p.53-84, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v22n2/v22n2a04.pdf>>. Acesso em: ago. 2013.

CORTELLA. A contribuição da educação não formal para a construção da cidadania. In: SIMSOM, Olga R. Von et al. **Visões singulares, conversas plurais**. São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2007, p 43 – 48.

COVRE, Maria de L. M. **O que é Cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DELEUZE, G e GUATTARI, F. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo, Editora 34, 1992.

DELORS, Jacques. **Educação: Um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Brasília, DF: Cortez, MEC/UNESCO, 2006.

DEWEY, J. **Democracia e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, jan. | abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

GADOTTI, Moacir. **A questão da Educação formal/não formal**. Sion, 2005. Disponível em: <http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/llpt/A_a_H/estrutura_politica_gestao_organizacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2013.

GARCIA, Valéria Aroeira. **A educação não-formal como acontecimento**. 2009. 468f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, São Paulo, 2009.

GARCIA, Valéria Aroeira. **A educação não-formal como acontecimento**. 2009. 468f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, São Paulo, 2009 apud SIMSON, O. R. M. et al. **Visões singulares, conversas plurais**. São Paulo: Itáu Cultural, 2007.

GARRIDO, Selma. A construção da didática no GT Didática: análise de seus referenciais. **Revista Brasileira de Educação**, Brasil, v.18, n.52, jan/mar, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/09.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e gestão pública. **Ciências Sociais**, Unisinos, v. 42, n.1, p. 5-11, jan/abr, 2006. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6008/3184>. Acesso em: 10 nov. 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999. (Questões da nossa época, n. 71).

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Revista Investigar em Educação**, Portugal, II Série, n. 1, p. 35 – 50, 2014. Disponível em: <<http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social em projetos sociais. In: VERCELLI, Lígia A. (Org). **Educação Não Formal**: campos de atuação. São Paulo: Paco Editorial, 2013, p. 11- 32.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan.mar, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 jan. 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século 21**: antigos e novos atores sociais. São Paulo: Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre os movimentos sociais: o debate contemporâneo. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.16, n.47, 2011.

HADDAD, Sérgio (Org). **ONGs e Universidades**: Desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Abong, Petrópolis, 2002.

HOMS, Maria Imaculada Pastor. La necesidad de planificación y evaluación educativas en la educación no formal. Algunas propuestas. **Educació i Cultura**, Ilhas Baleares, Espanha, n.14, p.87-99, 2001.

HOMS, Maria Imaculada Pastor. Orígenes y evolución del concepto de educación no formal. **Revista Española de Pedagogía**, Espanha, año LIX, n. 220, septiembre-diciembre, p. 525-544, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 1988.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>> Acesso em: mai. 2014.

PALHARES, José Augusto. Reflexões sobre o não-escolar na escola e para além dela. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, p.53-84, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v22n2/v22n2a04.pdf>>. Acesso em: ago. 2013.

SIMSON, O. R. M. et al. **Visões singulares, conversas plurais.** São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

TRILLA, J. A educação não-formal. In: ARANTES, V. (Org). **Educação formal e não-formal.** São Paulo: Summus, 2008.

TRILLA, J. A **La educación fuera de la escuela:**enseñanza a distancia, por correspondência, por ordenador, radio, vídeo y otros médios no formales. Barcelona: Planeta, 1985. 179 p.

Ms. Dagmar Dias Cerqueira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil
Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e
Cultura nas Periferias Urbanas
E-mail: dagdc@oi.com.br

Dr^a Wânia Regina Coutinho Gonzalez

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil
Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e
Cultura nas Periferias Urbanas
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
E-mail: waniagonzalez@gmail.com

Recebido em: 24 de julho de 2015

Aprovado em: 08 de abril de 2016

Práxis Educacional	Vitória da Conquista	v. 12, n. 23	p. 377-404	set./dez. 2016
--------------------	----------------------	--------------	------------	----------------